Informações Financeiras Intermediárias

Argo VI Transmissão de Energia S.A.

31 de março de 2025 com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Comentário de Desempenho 31 de março de 2025 (1TRI 25) e 31 de março de 2024 (1TRI 24)

Destaques Financeiros

Receita Líquida

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia apresentou receita líquida de R\$ 38,9 milhões, aumento de 21,7% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, R\$ 32,0 milhões. Já a remuneração dos ativos de concessão totalizou R\$ 39,0 milhões no primeiro trimestre de 2025 e R\$ 33,6 milhões no primeiro trimestre de 2024, explicada principalmente pelo ajuste na alíquota do IPCA. Quanto aos encargos regulatórios vemos uma variação negativa de 35,2% entre os trimestres justificada pela parcela variável por indisponibilidade (PVI) no período de 2024.

Receita Operacional Líquida			
(em milhares de reais)	1TRI 25	1TRI 24	Δ%
Operação e Manutenção	2.469	2.376	3,9%
Remuneração dos ativos de concessão	39.009	33.554	16,3%
Encargos regulatórios e outras deduções	(2.581)	(3.980)	-35,2%
Total	38.897	31.950	21,7%

Custos e Despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 18,1% no primeiro trimestre de 2025 em comparação ao trimestre do ano anterior. Tal variação é justificada pela (i) redução de 54,2% na linha outros impulsionado por custos de manutenção emergencial e não recorrente no primeiro trimestre do ano anterior; e (ii) aumento de 23,9% no primeiro trimestre de 2025 na linha de serviços de terceiros devido a reajustes contratuais no segundo semestre de 2024.

PMSO e D&A (em milhares de reais)	1TRI 25	1TRI 24	Δ%
Serviços de terceiros	(2.393)	(1.931)	23,9%
Pessoal	(1.329)	(1.417)	-6,2%
Outros	147	321	-54,2%
Total	(3.575)	(3.027)	18,1%

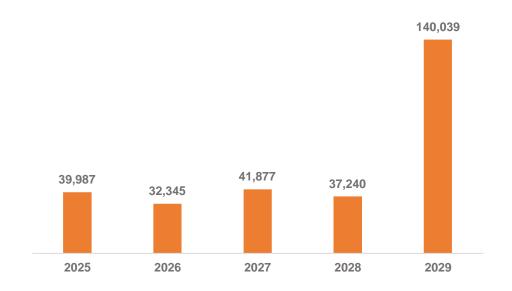
Endividamento

Em março de 2025, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 246,3 milhões, redução de 8,5% em relação a março de 2024.

As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 86,3% (R\$ 251,5 milhões) no longo prazo e 13,7% (R\$ 40,0 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 74,8% dos títulos estão atrelados ao TJLP e 25,2% estão vinculados ao IPCA.

Endividamento			
(em milhares de reais)	Março/25	Março/24	Δ%
Empréstimos e financiamentos	217.955	236.765	-7,9%
Debentures	73.533	83.312	-11,7%
Dívida Bruta	291.488	320.077	-8,9%
Caixa e Aplicações financeiras	(45.225)	(50.936)	-11,2%
Dívida Liquida	246.263	269.141	-8,5%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano da dívida consolidada.



EBITDA e Margem EBITDA

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$ 20,6 milhões, um aumento de 25,6% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior representado por R\$ 16,4 milhões. O resultado financeiro no 1TRI 25 foi de R\$ 7,0 milhões, um aumento de 3,9% em comparação ao 1TRI 24 que foi de R\$ 6,7 milhões, tal variação se deu a revisão dos procedimentos de aplicações financeiras no 2º trimestre de 2024.

O EBITDA no primeiro trimestre de 2025 totalizou R\$ 35,4 milhões, com margem de 90,9%, aumento de 22,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

EBITDA			
(em milhares de reais)	1TRI 25	1TRI 24	Δ%
Lucro Líquido	20.614	16.416	25,6%
IRPJ / CSLL	7.697	5.759	33,7%
Resultado Financeiro	7.011	6.748	3,9%
Depreciação / amortização	34	1	3300,0%
EBITDA	35.356	28.924	22,2%
Margem EBITDA	90,9%	90,5%	0,4%

Informações financeiras intermediárias

31 de março de 2025

Índice

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	1
Balanço patrimonial	
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração do valor adicionado (consumido)	
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	



São Paulo Corporate Towers Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 6° ao 10° andar - Vila Nova Conceição 04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000

ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Conselho de Administração e Acionistas da **Argo VI Transmissão de Energia S.A.** São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Argo VI Transmissão de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de exercício anterior examinadas e informações intermediárias revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e a revisão das informações financeiras intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao período findo em 31 de março de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 31 de janeiro de 2025 e de 13 de maio de 2024, respectivamente.

São Paulo, 13 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior

Contador CRC 1BA-021419/O

Balanço patrimonial 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.318	3.315
Títulos e valores mobiliários	5.1	20.297	14.525
Contas a receber de clientes	6	14.930	13.892
Imposto de renda e contribuição social a compensar		952	960
Outros tributos a compensar		795	812
Contas a receber - Partes relacionadas		33	62
Ativo da concessão	7	110.877	108.544
Outros Ativos		6.329	3.143
Total do ativo circulante		157.531	145.253
Não circulante			
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	21.610	27.982
Ativo da concessão	7	882.440	870.093
Outros ativos		5.577	5.540
Imobilizado		618	644
Intangível		144	152
Total do ativo não circulante		910.389	904.411

Total do ativo	1.067.920	1.049.664

	Nota explicativa	31/03/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		541	1.791
Encargos sociais e trabalhistas		228	191
Obrigações tributárias		1.877	1.937
Obrigações regulatórias		1.405	1.358
Dividendos a pagar		539	539
Contas a pagar - partes relacionadas		289	507
Empréstimos e Financiamentos	8	23.997	23.457
Debêntures	9	15.990	16.153
PIS e COFINS diferidos	10	10.256	10.040
Outros passivos		8.073	5.958
Total do passivo circulante		63.195	61.931
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	8	193.958	199.037
Debêntures	9	57.543	64.585
Contingências	11	697	427
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	155.283	148.196
PIS e COFINS diferidos	10	81.626	80.484
Total do passivo não circulante		489.107	492.729
Patrimônio líquido			
Capital social	13	215.600	215.600
Reserva de lucros	10	279.404	279.404
Lucros acumulados		20.614	270.101
Total do patrimônio líquido		515.618	495.004
Total do passivo e patrimônio líquido		1.067.920	1.049.664

Demonstração do resultado Para os trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
Receita de operação e manutenção, infraestrutura, suprimento de energia e outras, líquidas Remuneração financeiro do ativo de concessão		3.496 35.401	5.731 26.219
Receita líquida	14	38.897	31.950
Custo de operação e manutenção	15	(2.628)	(2.596)
Lucro bruto	- -	36.269	29.354
	-		_
Gerais e administrativas	15	(947)	(431)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	-	35.322	28.923
Receitas financeiras Despesas financeiras	16 16	1.225 (8.236)	1.212 (7.960)
Resultado financeiro	10 -	(7.011)	(6.748)
	-		_
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	-	28.311	22.175
300101	-	20.011	22.170
Imposto de renda e contribuição social Corrente	17	(610)	(493)
Diferido	17	(7.087)	(5.266)
Lucro líquido do período	- -	20.614	16.416
Lucro por ação - R\$ (básico e diluído)	18	0,0956	0,0761

Demonstração do resultado abrangente Para os trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	20.614	16.416
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	20.614	16.416

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

		Capital social		Reservas		Dividendos		
	Nota explicativa	Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais	adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		215.600	13.499	184.402	17.797	11.078	-	442.376
Lucro líquido do período	13	-	-	-	-	-	16.416	16.416
Saldos em 31 de março de 2024		215.600	13.499	184.402	17.797	11.078	16.416	458.792
Saldos em 31 de dezembro de 2024		215.600	16.711	237.736	24.957	-	-	495.004
Lucro líquido do período	13	-	-	-	-	-	20.614	20.614
Saldos em 31 de março de 2025		215.600	16.711	237.736	24.957	-	20.614	515.618

Demonstração dos fluxos de caixa Para os trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

(LIII IIIIIIIaies de leais - Ny)			
	Nota explicativa	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período		20.614	16.416
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	7.087	5.266
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	610	493
PIS e COFINS diferidos	10	1.358	944
Remuneração do ativo de concessão	14	(39.009)	(33.554)
Receita de operação e manutenção Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	14 16	(2.469) (1.258)	(2.376) (1.265)
Provisões para contingências passivas	10	270	(568)
Depreciação e amortização		34	ìí
Juros e variação monetária sobre empréstimos	8	5.305	4.966
Juros e variação monetária sobre debêntures	9	2.875	2.929
Caixa aplicado nas operações		(4.583)	(6.748)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(1.038)	(239)
Ativo da concessão	7	26.798	25.718
Imposto de renda e contribuição social a compensar Outros tributos a compensar		(114) 17	(218) (12)
Contas a receber - partes relacionadas		29	-
Outros Ativos		(3.220)	(871)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.250)	(54)
Encargos sociais e trabalhistas		37	(11)
Obrigações tributárias		(60)	(84)
Obrigações regulatórias Contas a pagar - partes relacionadas		47 (218)	9 (45)
Outros passivos		2.115	1.613
Imposto de renda e contribuição social pagos		(488)	(394)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		18.072	18.664
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(13.313)	(23.536)
Resgates em títulos e valores mobiliários		` 7.972́	`19.34Ź
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(5.341)	(4.194)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos	8	(5.531)	(5.065)
Pagamento de principal de debêntures	9	(5.046)	(4.524)
Pagamento de juros de empréstimos	8	(4.313)	(4.680)
Pagamento de juros de debêntures Aplicações em Fundos Vinculados - Caixa restrito	9	(5.034) (13.221)	(4.732) (4.555)
Resgates em Fundos Vinculados - Caixa restrito		20.417	9.307
Dividendos pagos		-	(462)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(12.728)	(14.711)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u> </u>	3	(241)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	3.318	3.529
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3.315	3.770
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		3	(241)

Demonstração do valor adicionado (consumido) Para os trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	31/03/025	31/03/2024
Receitas	2.469	2.376
Receitas relativas à operação de ativos próprios	2.469 39.009	2.576 33.554
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão Outras receitas e Parcela variável (PV)	1.582	
Outras receitas e Parceia variavei (PV)	1.562	(189)
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(2.393)	(1.931)
Custo de Operação e manutenção	292	(118)
Outros	(125)	397
Valor adicionado bruto	40.834	34.089
Depreciação e amortização	(34)	(1)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	40.800	34.088
Volon odinionodo nacebido em transferência		
Valor adicionado recebido em transferência Receitas financeiras	1.284	1.271
Valor adicionado total a distribuir	42.084	35.359
Distribuição do valor adicionado	42.084	35.359
Pessoal	1.202	1.417
Remuneração direta	646	1.074
Benefícios	516	122
Encargos sociais	40	221
Impostos, taxas e contribuições	12.088	9.631
Tributos federais	12.088	9.631
Remuneração de capitais de terceiros	8.180	7.895
Juros	8.180	7.895
30103	0.100	7.093
Remuneração de capitais próprios	20.614	16.416
Lucro líquido do período	20.614	16.416

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais

A Argo VI Transmissão de Energia S.A. ("Argo VI" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituída em 12 de maio de 2014 e estabelecida na Rua Tabapuã 841 – 5° andar, Itaim Bibi, São Paulo – SP.

A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do serviço público de transmissão de energia elétrica na rede básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em dezembro de 2021, a Companhia solicitou junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o registro na categoria B, sendo o pedido diferido em 21 de março de 2022.

Em 29 de julho de 2022, a Argo Empreendimentos e Participações S.A. assinou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Brasil Energia Fundo de Investimento, para a aquisição de 100% das ações da Esperanza Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo VI.

Em 30 de novembro de 2022, a controladora Argeb Empreendimentos e Participações S.A. ("Argeb") assumiu o controle da referida empresa, alterando sua razão social de Esperanza Transmissora de Energia S.A. para Argo VI Transmissão de Energia S.A., e alterando também, sua sede para a Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Essa transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL, por meio do Despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022.

1.1. Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 18/2014 - ANEEL, datado de 05 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 500 kV Quixadá Açu III, 241 km;
- LT 500 kV Açu III João Câmara III, 126 km;
- LT 500 kV João Câmara III Ceará Mirim II, 61,45 km; e
- LT 230 kV João Câmara II Ceará Mirim, 65 km;

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1. Informações gerais--Continuação

1.1. Concessão--Continuação

• LT 500 kV Açu III - João Câmara III, 126 km.

Em 14 de março de 2018, conforme Carta ONS - 0238 - DTA - 2018 foi emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Argo VI.

A Argo VI teve um investimento total de aproximadamente R\$ 545.960. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 48.835 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 99.779 (valor para o ciclo 2024-2025) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial.

Em maio de 2023, a subestação Jandaíra iniciou sua operação comercial, a Companhia recebeu a subestação com seus ativos como doação, e recebe uma RAP de O&M por ser responsável pela operação e manutenção dos ativos recebidos.

Em 2024, a Companhia realizou a aquisição de um terreno no montante de R\$ 257 que conforme Despacho nº 323/2023 é um investimento considerado como reforço de pequeno porte e irá gerar uma RAP adicional a partir da próxima Revisão Tarifária Periódica que ocorrerá no próximo ciclo da RAP (2025-2026).

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela administração em 13 de maio de 2025.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias--Continuação

2.1. Declaração de conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

(a) <u>Ativo de concessão</u>: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias--Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 28 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

2.5. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a "performance" dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

3. Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, publicadas em 31 de janeiro de 2025, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A Companhia avaliou as últimas alterações nos pronunciamentos e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração do Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários	3.318	3.315
Total	3.318	3.315

5. Títulos e valores mobiliários

5.1. Circulante

	31/03/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários (*)	20.297	14.525
Total	20.297	14.525

^(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100.38% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (101,71% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

5. Títulos e valores mobiliários--Continuação

5.2. Fundos vinculados - Caixa restrito

	31/03/2025	31/12/2024
Conta Reserva (**)	21.610	27.982
Total	21.610	27.982

^(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva". Em 31 de março de 2025, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 98,78% do CDI no trimestre findo em 31 de março de 2025 (98,25% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

6. Contas a receber de clientes

	31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	14.930	13.892
Total	14.930	13.892

Em 31 de março de 2025, a Companhia não registrou provisão para perdas de crédito esperadas, por classificar como baixa a probabilidade de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/03/2025	31/12/2024
Títulos a vencer Títulos vencidos em até 30 dias	9.801 49	9.787 301
Títulos vencidos em até 90 dias	979	668
Títulos vencidos há mais de 90 dias	4.101 14.930	3.136 13.892

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

7. Ativo da Concessão

7.1. Composição do Ativo da Concessão

	31/03/2025	31/12/2024
Receita de construção	699.427	699.427
Receita de operação e manutenção	60.833	58.364
Receita de remuneração do ativo de concessão	789.986	750.977
Recebimentos	(556.929)	(530.131)
Total	993.317	978.637
Circulante	110.877	108.544
Não circulante	882.440	870.093

7.2. Margens de obrigações e performance

	31/03/2025	31/03/2024
Margem de O&M	•	
Receita	2.469	2.376
Custos	(2.628)	(2.596)
Margem (R\$)	(159)	(220)
Margem Percebida (%)	-6%	-9%

7.3. Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2023	948.352
Remuneração do ativo de concessão	33.554
Receita de operação e manutenção	2.376
Recebimentos	(25.718)
Saldo em 31 de março de 2024	958.564
Saldo em 31 de dezembro de 2024	978.637
Remuneração do ativo de concessão	39.009
Receita de operação e manutenção	2.469
Recebimentos	(26.798)
Saldo em 31 de março de 2025	993.317

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

8. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira		BNDES
Saldo final 31 de dezembro de 2023		241.544
Juros e variação monetária		4.966
Pagamentos Principal		(5.065)
Pagamentos Juros		(4.680)
Saldo final 31 de março de 2024		236.765
Saldo em 31 de dezembro de 2024		222.494
Juros e variação monetária		5.305
Pagamentos Principal		(5.531)
Pagamentos Juros		(4.313)
Saldo final 31 de março de 2025		217.955
Classificado como:	31/03/2025	31/03/2024
Circulante	23.997	22.058
Não Circulante	193.958	214.707

Em 20 de abril de 2017, a Argo VI firmou um contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 297.982, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros de 2,12% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Os Subcréditos A, B, C, D, E são pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2018, e sua liquidação está prevista para 15 de agosto de 2032.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

8. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2025
0000	
2026	23.997
2027	25.179
2028	27.221
2029 em diante	117.561
Total	193.958

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo VI;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Debêntures

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

Instituição financeira		Debêntures
Saldo final 31 de dezembro de 2023		89.639
Juros e variação monetária		2.929
Pagamentos Principal		(4.524)
Pagamentos Juros		(4.732)
Saldo final 31 de março de 2024		83.312
Saldo em 31 de dezembro de 2024		80.738
Captação		
Juros e variação monetária		2.875
Pagamentos Principal		(5.046)
Pagamentos Juros		(5.034)
Saldo final 31 de março de 2025		73.533
	0.4/00/0005	04/00/005
Classificado como:	31/03/2025	31/03/2024
Circulante	15.990	13.786
Não Circulante	57.543	69.526

Em 09 de novembro de 2017, a Argo VI realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 87.000, com vencimento em setembro de 2030 e taxa de remuneração de IPCA + 6,7968% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão. As debentures são pagas semestralmente e a primeira amortização do principal ocorreu em 16 de setembro de 2019 e o primeiro pagamento da remuneração ocorreu em 15 de setembro de 2018.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Debêntures--Continuação

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2025
0000	0.040
2026	8.348
2027	16.698
2028	10.019
2029 em diante	22.478
Total	57.543

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,20 (um inteiro e dois décimos).

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

9. Debêntures--Continuação

Índice de Capital Próprio (ICP)

O ICP é calculado a partir da divisão do montante de capital próprio pelo montante total do ativo, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICP de no mínimo 20% (vinte porcento).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

10. PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	87.723
Constituição	3.323
Amortização	(2.379)
Saldos em 31 de março de 2024	88.667
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.524
Constituição	10.162
Amortização	(8.804)
Saldos em 31 de março de 2025	91.882
Circulante	10.256
Não circulante	81.626

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

11. Contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de março de 2025, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 697 (R\$ 427 em 31 de dezembro de 2024).

11.1. Passivos Contingentes

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 694 (R\$ 39.629 em 31 de dezembro de 2024).

12. Partes relacionadas

Em 31 de março de 2025, o saldo passivo com partes relacionadas no montante de R\$ 289 (R\$ 507 em 31 de dezembro de 2024) representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos			31/12/2024		
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Argo Energia Empreendimentos e Participações S/A	31/07/2029	33	-	33	-
Argo Transmissão de Energia S/A	31/07/2029	-	289	-	507
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S/A	31/07/2029	-	-	29	-
Total	· -	33	289	62	507

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

12. Partes relacionadas---Continuação

12.1. Remuneração da Administração

Em 31 de março de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 2.812 (R\$ 5.205 em 31 de março de 2024), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas" e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	898	1.222
Encargos sociais	599	513
Bônus	1.316	3.470
Total	2.813	5.205

13. Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 215.600.280 tendo sido integralizados 215.600.280 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se seque:

	31/03/2025	31/12/2024		
Acionistas Ações ordinár		%	Ações ordinárias	%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A.	215.600.280	100%	215.600.280	100%

13.1. Reservas de lucros

13.1.1. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.1. Reservas de lucros--Continuação

13.1.2. Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0226/2023, em substituição ao laudo de nº 0130/2018, de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 01 de novembro de 2023 foi garantido à Argo VI pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

13.2. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9° da Lei. 9.249/95.

14. Receita líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receita de remuneração do ativo de contrato Receita de operação e manutenção Parcela variável e outras deduções Outras receitas Receita bruta	39.009 2.469 (1.426) 3.008 43.060	33.554 2.376 (439) 250 35.741
 (-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão (-) PIS e COFINS sobre faturamento (-) Encargos regulatórios Receita líquida 	(1.358) (2.451) (354) 38.897	(945) (2.526) (320) 31.950

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

15. Custos e despesas por natureza

	31/03/2025	31/03/2024
Serviços de terceiros Pessoal Arrendamentos e aluguéis Depreciação e Amortização Seguros Tributos Materiais	(2.393) (1.329) (27) (34) (46) (39) (24)	(1.931) (1.417) (36) (1) (36) (17) (46)
Provisão para Contingência	389	568
Outros	(72)	(111)
Total	(3.575)	(3.027)
Valores alocados a: Custos de operação e manutenção Despesas gerais e administrativas	(2.628) (947)	(2.596) (431)

16. Resultado financeiro

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras:		_
Receitas de aplicações financeiras	1.258	1.265
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(59)	(59)
Outras receitas financeiras	26	6
Total	1.225	1.212
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(3)	(5)
Juros e variação monetária	(8.180)	(7.895)
Outras despesas financeiras	(53)	(60)
Total	(8.236)	(7.960)
Resultado financeiro líquido	(7.011)	(6.748)

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

17. Imposto de renda e contribuição social

17.1. Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro Alíquota nominal	28.311 34%	22.175 34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(9.626)	(7.540)
Incentivos Fiscais (*)	1.81 2	1.526
Adições e Exclusões Permanentes	-	(2)
Bônus Diretores (IRPJ 25%)	(18)	257
Outros ajustes	135	-
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(7.087)	(5.266)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(610)	(493)
Alíquota efetiva	27%	26%

^(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

17.2. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

_	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
_			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.965	(132.711)	(128.746)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(44)	-	(44)
Contratos de concessão (b)	1.037	(6.259)	(5.222)
Saldos em 31 de março de 2024	4.958	(138.970)	(134.012)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.078	(191.274)	(148.196)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	-	-	-
Contratos de concessão (b)	1.352	(8.439)	(7.087)
Saldos em 31 de março de 2025	44.430	(199.713)	(155.283)

⁽a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

⁽b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão CPC 47 (IFRS 15) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

18. Resultado por ação

	31/03/2025	31/03/2024
Resultado básico por ação Numerador: Lucro líquido do exercício	20.614	16.416
Denominador: Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	215.600.280	215.600.280
Lucro líquido e diluído básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,0956	0,0761

19. Instrumentos financeiros

19.1. Hierarquia do valor justo

			Valor Justo		Valor C	ontábil
	Nota	Hierarquia	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	20.297	14.525	20.297	14.525
Fundos vinculados - caixa restrito	5.2	2	21.610	27.982	21.610	27.982
Total			41.907	42.507	41.907	42.507
Custo amortizado:						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	3.318	3.315	3,318	3.315
Contas a receber de clientes	6	2	14.930	13.892	14.930	13.892
Total Ativo			18.248	17.207	18.248	17.207
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores		2	541	1.791	541	1.791
Empréstimos e Financiamentos	8	2	217.955	222.494	217.955	222.494
Debêntures	9	2	81.976	80.613	73.533	80.738
Contas a pagar - partes relacionadas	12	2	289	507	289	507
Outros passivos	12	2	9.558	5.958	8.073	5.958
Total Passivo		2	310.319	311.363	300.391	311.488
i Otal i assivo			310.313	311.303	300.331	311.400

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros:

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.1. Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 1 avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

19.1.1. Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de março de 2025.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

19.2.1. Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2025, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$14.930 (R\$13.892 em 31 de dezembro de 2024).

19.2.2. Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.2. Fatores de risco financeiro--Continuação

19.2.3. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) empréstimos e financiamentos; e (iv) debêntures.

19.2.4. Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2025, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	541	_	_	_
Empréstimos e financiamentos	23.997	23.997	25.179	144.783
Debêntures	15.990	8.348	16.698	32.497
Contas a pagar - partes				
relacionadas	289	-	-	-
Total	40.817	32.345	41.877	177.280

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

19.3. Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2025, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2025, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 14,15% ao ano, para o IPCA, é de 5,36% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de março de 2025 é de 7,97% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

			Cenário		
Operação	Risco	Total	I	II	III
Caixa e equivalentes Títulos e valores	Redução do CDI	3.318	469	352	235
mobiliários	Redução do CDI	20.297	2.872	2.154	1.436
Fundos restritos	Redução do CDI	21.610	3.058	2.294	1.529
Total		45.225	6.399	4.800	3.200
Empréstimos e Financiamentos Debêntures Total	Aumento da TJLP Aumento do IPCA	217.955 81.976	17.371 4.394	13.028 3.296	8.686 2.197
ıotai	=	299.931	21.765	16.324	10.883

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias--Continuação Período de três meses findo em 31 de março de 2025 (Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

20. Seguros

Em 31 de março de 2025, a cobertura de seguros é como segue:

		Valor	
Tipo	Seguradora	segurado	Vigência
2 2	5		07/00/0007
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2025
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2025

21. Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2025, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/03/2025	31/03/2024	
		_	
Compensação de IRPJ	1.812	1.526	

22. Eventos subsequentes

Em 28 de abril de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 20.106.

* * *

André Augusto Telles Moreira Diretor Presidente

Simone Borsato Diretora Financeira e de Relação com Investidores

> Thiago Borges Martins Gerente de Controladoria CRC RJ-116409/O